



Universidade: presente!

UFRGS
PROPESQ

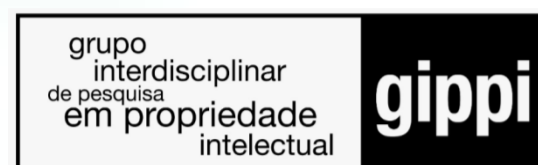


XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA LEI Nº 13.123/2015 PARA AS PESQUISAS CIENTÍFICAS ENVOLVENDO BIODIVERSIDADE NA UFRGS

Juliane Borba Minotto¹ e Kelly Lissandra Bruch¹



¹Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Propriedade Intelectual, Faculdade de Direito, UFRGS

Contato: juliane.minotto@ufrgs.br



..... INTRODUÇÃO

A proteção legal da biodiversidade iniciou por meio da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O Brasil, em 2015, publicou a lei nº 13.123 que revoga a antiga Medida Provisória nº 2.186-16, e que regulamenta as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com a biodiversidade brasileira. Essa lei trouxe novidades conceituais, administrativas e econômicas. Desde a sua implementação prática não foram discutidos os efeitos que suas mudanças tiveram nas pesquisas básicas brasileiras. Assim, este trabalho visa analisar os efeitos dos novos conceitos e procedimentos trazidos pela Lei nº 13.123/2015 nas pesquisas científicas envolvendo a biodiversidade brasileira, com base em um estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

..... METODOLOGIA

Este trabalho realizou análise histórica e conceitual na legislação nacional e internacional para os termos: “patrimônio genético” e “pesquisa científica”. Foram analisadas também as ações da UFRGS para adequação à MP nº 2.186-16/2001 e à Lei nº 13.123/2015, a fim de verificar os efeitos da mudança da legislação nas pesquisas da Universidade.

..... RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de sua menção no art. 225 da Constituição Federal de 1988, o conceito legal de “Patrimônio Genético” foi estabelecido pela Medida Provisória 2.186-16/2001 e posteriormente modificado pela Lei nº 13.123/2015. O conceito legal de pesquisa científica, por sua vez, foi introduzido somente pela Lei nº 13.123/2015. Esses conceitos tornaram-se ao mesmo tempo mais abrangentes e mais detalhados, de modo que atividades como pesquisas taxonômicas e evolutivas, que não eram consideradas como acesso ao patrimônio genético até 2015, passaram a ser consideradas como acesso e, portanto, necessitam se adequar à nova lei.

Com relação aos possíveis efeitos dessa legislação às pesquisas acadêmicas na UFRGS, cabe informar que a Universidade possui 2.479 docentes e 325 técnicos administrativos pesquisadores ativos e 5.928 projetos de pesquisa em andamento. A UFRGS iniciou ações ativas de adequação à legislação em 2013, por meio da oferta de palestras e do contato direto com docentes pesquisadores nas áreas das ciências biológicas, agrária ou de saúde. Até 2015, a UFRGS obteve cerca de 35 autorizações de acesso ao Patrimônio Genético. Após 2015, foram realizadas palestras e seis treinamentos teórico práticos com foco no SISGen, aos quais participaram 119 servidores.

Com base em levantamento preliminar, estima-se que cerca de 20% dos projetos de pesquisa na UFRGS se enquadram na Lei nº 13.123/2015 e necessitam de cadastro junto ao SISGEN. Até o momento, a UFRGS possui 362 servidores registrados no SISGen, o que corresponde a 12,91% do total de servidores pesquisadores cadastrados junto à PROPESQ; e possui 890 cadastros de acesso ao PG no SISGen, o que corresponde a 15% dos projetos de pesquisa ativos na PROPESQ.

..... CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho verificou que, apesar do início tardio, a UFRGS tem buscado se adequar à Lei nº 13.123/2015, fornecendo apoio aos seus pesquisadores por meio de treinamentos e palestras. No entanto, a abrangência conceitual trazida pela nova lei representa um entrave burocrático aos pesquisadores, o que desvirtua sua intenção primordial de proteção da biodiversidade nacional, uma vez que dificulta a realização de pesquisas científicas básicas nesse tema.

..... AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UFRGS, em especial à PROPESQ por viabilizar este trabalho.

Imagem de fundo: *Araucaria angustifolia* (Pinheiro brasileiro). Fotografada por Sérgio Campestrini em 2011 em SC.

Fonte: http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/open_sp.php?img=5284